

Realização:



Apoio:



Simulado

Instruções

- 1 - No verso do CARTÃO DE RESPOSTAS, por gentileza, preencha seus dados pessoais (nome completo, CPF, telefone, e-mail e endereço para correspondência).
- 2 - A duração da prova será de 2 horas, incluindo o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 3 - As questões estão numeradas de 1 a 60, cada uma com 5 (cinco) opções, precedidas das letras (A), (B), (C), (D) e (E).
- 4 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS e evite usar borracha.
- 5 - Será anulada a questão cuja resposta contenha emenda ou rasura, ou para a qual seja assinalada mais de uma opção.
- 6 - Confira o CADERNO DE PROVA com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 7 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular etc.), sob pena de o candidato ser excluído da concorrência às bolsas de estudo e aos demais prêmios.
- 8 - O candidato só poderá levar este CADERNO DE PROVA 1 (uma) hora após o início do simulado.
- 9 - Este CADERNO DE PROVA está assim constituído:

<i>Matérias</i>	<i>Questões</i>
Português	1 a 20
Direito Constitucional	21 a 40
Direito Administrativo	41 a 60

- 10 - Em relação às bolsas de estudo e aos demais prêmios, eis os critérios para desempate: maior nota, sucessivamente, em português, direito constitucional e direito administrativo. Permanecendo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

Boa sorte e muito sucesso!

Coordenação: Ricardo J. Ferreira
Organização: Flávia Bozzi Costa
Diagramação: Diniz G. Santos
Revisão: Patrícia Helena Calhau

Língua Portuguesa (questões de 1 a 20)

Antônio Carlos Alves e Décio Sena

► Questão 01

Assinale a opção que está em **DESACORDO** com as idéias do texto.

Parece-nos, sinceramente, que a mazela fundamental do regime tributário brasileiro é a sua falta de sentido. O Código Tributário Nacional, da década de 60, e todas as legislações mais importantes de tributação das empresas, da década de 70, representaram uma visão tributária de centralização, de arrecadação planejada e compartimentalizada, própria de uma época de ditadura militar. No entanto, com a Constituição de 88 e seus interesses sociais e de cidadania, as mudanças do sistema tributário impuseram-se como remendo, e não como construção de uma nova estrutura, tendo em vista ainda o problema federativo, a arrecadação e a distribuição de recursos na esfera federal, estadual e municipal. O sistema atual é assim constituído: de remendos de um sistema centralizado e despreocupado de vinculações sociais com outro sistema que é o seu exato oposto, agravado tudo isto pelo fato de que vimos, na década de 90, mais um remendo no sistema tributário advindo da necessidade de arrecadação imediata e fácil, o que inspirou a atual CPMF, por exemplo. Por tudo isto, parece-nos no fundo que não falta técnica tributária para as reformas previstas, falta sim um sentido, falta saber o que se quer.

(Adaptado de Alysson Leandro Mascaro, www.tributario.com)

- (A) O Código Tributário Brasileiro, que se fundamenta em bases arbitrárias, uma vez que surgido na vigência de regime ditatorial, não é capaz, apesar de estar, hoje, “arejado” por novas concepções tributárias, de promover equânime distribuição de justiça social.
- (B) Não há coerência no Código Tributário Brasileiro, uma vez que o mesmo se caracteriza por uma linha mestra, em sua fundamentação, discrepante com novas disposições que foram acrescentadas a ele.
- (C) Pode-se afirmar que a visão tributária predominante nas décadas de 60 e 70, diferentemente do que se observa na década de 80, caracterizava-se por ser, predominantemente, centralizadora e compartimentalizada.
- (D) A Constituinte de 88, com suas preocupações sociais e de cidadania, não revogou eventuais passagens tradutoras do arbítrio reinante no País, quando da criação do Código Tributário Nacional, nos idos da década de 60.

- (E) É caracterizador da falta de unicidade orgânica do sistema tributário brasileiro o fato de as inovações advindas com a Constituição de 1988 terem sido incluídas como “remendos” em um texto impróprio para nossas necessidades tributárias.

► Questão 02

Assinale a opção que apresenta a idéia central da resposta dada à pergunta abaixo.

CARTA CAPITAL: O presidente Fernando Henrique se disse surpreso quando ficou sabendo da crise energética. A indústria também se surpreendeu?

HORÁCIO LAFER PIVA: Eu fiquei surpreso com o presidente ter se surpreendido. A respeito da crise energética, não havia nenhuma surpresa para a indústria. Na década de 90, tivemos um crescimento de produção da ordem de 35% e uma expansão de consumo de 50%. Os investimentos eram de US\$ 13 bilhões por ano na década de 80, e caíram para US\$ 7 bilhões na década de 90. Todo mundo sabe o porquê, todo mundo sabe que o investimento foi tratado como custo pela área econômica e com isso se travou completamente a possibilidade de crescimento desse e de outros setores. A conseqüência inevitável foi o descompasso que estava acontecendo e que já estava muito claro para todos nós.

(Adaptado de entrevista concedida por Horácio Lafer Piva à revista Carta Capital)

- (A) Houve sensível diminuição em investimentos quando comparada a década de 80 com a de 90, que não foi acompanhada por uma diminuição proporcional da expansão do consumo.
- (B) A surpresa demonstrada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso não foi compartilhada por empresários ligados à indústria vinculada a setores de geração e transmissão de energia elétrica.
- (C) A expansão da demanda de energia implicaria, obviamente, maiores investimentos neste segmento, para que a indústria pudesse acompanhar o ritmo de crescimento, o que, certamente, teria poupado o país da atual situação de racionamento de energia elétrica.
- (D) Percepção equivocada acerca de como se deveria tratar o investimento no setor energético fez surgirem entraves para o crescimento deste setor – bem como de outros –, acarretando conseqüências que já eram esperadas como inevitáveis.
- (E) Apenas a retomada de investimentos condizentes com a atual demanda por energia será capaz de fazer o País retomar a escalada de crescimento de consumo que se entendeu nas décadas de 80 e 90.

► **Questão 03**

Indique a opção que melhor reformula o trecho abaixo, em termos de adequação à norma culta, concisão e eficiência comunicativa.

Está desembarcando no país a alemã Hellmann Worldwide Logistics. Trata-se de uma das maiores transportadoras de peças para o setor automotivo da Europa. A empresa, que faturou 2 bilhões no ano passado, chega ao Brasil por meio de uma parceria com o Grupo Metropolitano, que tem sede em Alphaville, São Paulo. A operação começa no segundo semestre. *(Adaptado de Exame)*

- (A) Tendo um faturamento de 2 bilhões no ano passado, ao desembarcar no país, atraída pelo Grupo Metropolitano, com sede em Alphaville, São Paulo, a empresa Hellmann Worldwide Logistics, uma das maiores transportadoras de peças para o setor automotivo da Europa e disposta a iniciar suas operações no segundo semestre deste ano.
- (B) A empresa Hellmann Worldwide Logistics, chega, por meio de parceria com o Grupo Metropolitano, um dos maiores conglomerados no setor de transportes de peças para o setor automotivo na Europa, está estabelecendo-se no Brasil, no qual planeja um faturamento de 2 bilhões de dólares a partir do segundo semestre.
- (C) Parceria firmada entre o Grupo Metropolitano, sediado em Alphaville, São Paulo, e uma das maiores transportadoras de peças para o setor automotivo europeu, a germânica Hellmann Worldwide Logistics, detentora de faturamento, ano passado, de 2 bilhões de dólares, faz com que esta última chegue ao Brasil, onde começa a operar no segundo semestre.
- (D) Parceira da empresa alemã líder no transporte de peças para o setor automotivo alemão, a Hellmann Worldwide Logistics, cujo faturamento no ano passado atingiu o montante de 2 bilhões de dólares, o Grupo Metropolitano, estabelecido em Alphaville, São Paulo, desencadeia suas operações no início do segundo semestre.
- (E) A Hellmann Worldwide Logistics e o Grupo Metropolitano, este brasileiro, estabelecido em Alphaville, São Paulo, aquela, alemã, líder do mercado europeu de transporte de peças para o setor automotivo, unem suas forças e começam a operar em nosso país, com estimativa de faturamento anual de 2 bilhões de dólares, no segundo semestre deste ano.

► **Questão 04**

Indique a opção que melhor reformula o trecho abaixo, em termos de adequação à norma culta, concisão e eficiência comunicativa.

O sistema de bilhetes eletrônicos da Gol Transportes Aéreos está fazendo escola. A Transbrasil negocia ____ a americana Sita – maior empresa do mundo em integração de informações e de telecomunicações para companhias aéreas – a implementação do sistema, ____ o cliente recebe apenas um número-código ao comprar uma passagem. Redução de custos _____, em meio a uma guerra de tarifas já _____.

(Adaptado de Exame)

- (A) para – com o que – indesejável – reduzidas
- (B) junto – mediante o qual – imperceptível – elevadas
- (C) com – pelo qual – bem-vinda – deflagrada
- (D) com – através do qual – em boa hora – sobre taxadas
- (E) juntamente com – com o qual – indesejável – baixas

► **Questão 05**

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas.

Quais serão os impactos da crise sobre __ economia brasileira? É difícil traçar cenários __ esta altura do campeonato, com tantas incertezas e reviravoltas no decorrer do acontecimento. Ainda não dá para saber se __ medidas apresentadas pelo governo, que serviriam para afastar o risco de um apagão generalizado, sobreviverão __ onda de contestações judiciais. Ou se __ empresas e os consumidores vão mesmo economizar o que o governo espera. Ou ainda se __ chuvas vão ou não aliviar __ situação. Apesar disso, já __ algumas certezas.

(Adaptado de André Lahóz e Cristiane Mano, Exame)

- (A) a – a – às – à – as – as – à – há
- (B) a – a – as – a – às – as – a – à
- (C) à – à – as – à – as – às – à – há
- (D) a – a – as – à – as – as – a – há
- (E) à – a – as – à – as – as – à – a

Leia o texto abaixo, para responder às questões 06 e 07.

O resultado da epidemia de tabagismo é devastador. Segundo a OMS, morrem anualmente em todo o mundo 4 milhões de pessoas por doenças relacionadas ao fumo; e, a manter-se a tendência de crescimento do tabagismo nos países pobres, essa cifra deverá atingir o patamar de 10 milhões pelo início da década de 2030. Calcula-se que, em 2020, o tabaco causará mais mortes do que Aids, tuberculose, mortalidade materna, acidentes de carro, suicídios e homicídios juntos.

Proibir o tabaco não é solução. Seria uma violência contra direitos individuais e, principalmente, um incentivo à formação de cartéis criminosos, a exemplo do que já ocorre com as drogas ilícitas.

(Adaptado de Clóvis Rossi, Folha de S. Paulo)

► **Questão 06**

Quanto às estruturas sintáticas do texto, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) Caso o numeral “4” (l. 03) fosse substituído por 1,8 seria automática a substituição de “milhões de pessoas” por milhão de pessoas; igualmente a forma verbal “morrem”, utilizada na linha 02, poderia ser trocada por morre.
- (B) Observa-se, na redução “a manter-se a tendência de crescimento do tabagismo nos países pobres,” (ls. 04-05), oração com sujeito indeterminado.
- (C) Em “essa cifra deverá atingir o patamar de 10 milhões pelo início da década de 2030.” (ls. 05-07) a substituição da preposição “pelo” por no ou, mesmo, por ao preservaria a gramaticalidade da passagem.
- (D) Na linha 10, a forma verbal “Seria” tem como sujeito semântico parte da estrutura oracional precedente.
- (E) O vocábulo “que” localizado na linha 13 do texto funciona sintaticamente como sujeito de “ocorre”, também localizado na linha citada.

► **Questão 07**

Em relação às palavras do texto, assinale a opção em que o significado está **INCORRETO**.

- (A) Segundo (l. 02) = Consoante;
- (B) tabagismo (l. 05) = uso do tabaco;
- (C) cifra (l. 05) = estimativa;
- (D) violência (l. 10) = coação;
- (E) cartéis (l. 12) = acordos entre empresas.

► **Questão 08**

Em relação aos elementos coesivos do texto, indique o item **INCORRETO**.

- Há uma conjunção de fatores de risco no cenário financeiro doméstico, a saber: a escassez de energia, instabilidade na base do governo, escândalos políticos, déficit alto das contas externas, aceleração da taxa de inflação, etc. Há dois aspectos que se mantêm relativamente estáveis: as contas fiscais e a saúde do sistema financeiro. Obviamente, este cenário de riscos levará a um ritmo bem mais moderado na atividade econômica. Isto afetará o lado fiscal do País.
- Os últimos números de arrecadação e gastos do setor público ainda se mostram favoráveis. De outro lado, a proporção entre a dívida interna e o PIB está muito acima da esperada – mais de 50%, uns 4% acima do que foi acordado com o FMI. Todavia a pior constatação em relação aos diversos fatores de risco é que o prognóstico sobre cada um deles é muito difícil de ser feito. Quem pode estimar com relativa precisão

quais serão os efeitos da crise energética? Ou as consequências da crise política? O conjunto de fatores de risco proporciona mais inquietações ainda.

(Adaptado de Francisco Petros,
Carta Capital)

- (A) Nas linhas 01-02, “uma conjunção de fatores de risco no cenário financeiro” corresponde, também, a “a escassez de energia, instabilidade na base do governo, escândalos políticos, déficit alto das contas externas, aceleração da taxa de inflação” (ls. 02-05).
- (B) Os “dois aspectos” (l. 05) referem-se ao que se enuncia nas linhas 06-07, a “as contas fiscais e a saúde do sistema financeiro”.
- (C) Pode-se admitir “proporção entre a dívida interna e o PIB está muito acima da esperada” (ls. 12-13) como o valor citado na linha 13, “mais de 50%, uns 4% acima do que foi acordado com o FMI”.
- (D) A “pior constatação” (l. 14) é alusiva a “o prognóstico sobre cada um deles é muito difícil de ser feito”. (ls. 16-17)
- (E) Exemplificam os “diversos fatores de risco” (l. 15): “os efeitos da crise energética” (l. 18), “as consequências da crise política” (ls. 18-19) e “O conjunto de fatores de risco” (ls. 19-20).

► **Questão 09**

Assinale a opção em que o trecho foi transcrito com **ERRO** gramatical.

- (A) No corredor escuro, o fio do bebedouro de plástico foi desligado da tomada. Há quase uma semana, não há água gelada na sede da DHL, uma das maiores empresas de entregas rápidas do mundo.
- (B) Há dias, metade das lâmpadas dos escritórios vem sendo apagada e o expediente tem hora marcada para acabar.
- (C) Após às 21 horas, ninguém permanece no bante. Gerentes, diretores, secretárias arrumam suas coisas, desligam os computadores e impressoras e vão para casa.
- (D) Em algumas salas, vedadas por janelas que nunca se abrem (afinal quem precisou disso desde que Willis Carrier inventou sua maravilhosa engenhoca de resfriar ambientes?), o ar foi simplesmente desligado.
- (E) Próximo aos interruptores dos banheiros, um pequeno cartaz, impresso em papel sulfite, avisa: EI, PSIU!!! HÁ MAIS ALGUÉM NO BANHEIRO NESTE MOMENTO? NÃO? ENTÃO APAGUE A LUZ.

(Adaptado de Cláudia Vassallo,
Exame)

► **Questão 10**

Numere os trechos de forma a compor um texto coeso e coerente e assinale a seqüência **CORRETA**.

- () Novos medicamentos, mais eficazes que os atuais.
- () A partir de setembro suas vendas serão proibidas no país.
- () E mais nada.
- () Há algo que possa deter a escalada dos genéricos?
- () Os similares sem marca, que atrapalharam as vendas dos genéricos, estão com os dias contados.
- () Daí em diante, similares só com marcas

(Adaptado de Exame)

- (A) 3 – 4 – 2 – 6 – 1 – 5
- (B) 2 – 1 – 3 – 5 – 6 – 4
- (C) 2 – 5 – 3 – 1 – 4 – 6
- (D) 2 – 3 – 4 – 1 – 6 – 5
- (E) 4 – 2 – 6 – 5 – 3 – 1

Leia o texto para responder às questões de 11 a 13.

A universidade e seus desafios*

Carlos Vogt

Um dos grandes desafios do mundo contemporâneo é, ao lado do chamado desenvolvimento sustentável, o da transformação do conhecimento em riqueza. Como estabelecer padrões de produção e de consumo que atendam às demandas das populações crescentes em todos os cantos da Terra, preservando a qualidade de vida e o equilíbrio do meio ambiente no planeta? Esta é, em resumo, a pergunta que nos põe o assim chamado desafio ecológico.

Como transformar conhecimento em valor econômico e social, ou, num dos jargões comuns ao nosso tempo, como agregar valor ao conhecimento? Responder a esta pergunta é aceitar o segundo desafio acima mencionado e que poderíamos chamar de desafio tecnológico.

Para enfrentar este desafio, próprio do que também se convencionou chamar economia do conhecimento ou sociedade do conhecimento, deveríamos estar preparados, entre outras coisas, para cumprir todo o ciclo de evoluções e de transformações do conhecimento que vai da pesquisa básica, produzida nas universidades e nas instituições afins, passa pela pesquisa aplicada e resulta em inovação tecnológica capaz de agregar valor comercial, isto é, em produto de mercado.

Os atores principais deste momento do processo do conhecimento já não são mais as universidades, mas as empresas.

(...)

* Este artigo é uma refundição de pequenos artigos produzidos para diferentes veículos de comunicação e foi, assim refundido, apresentado no seminário “Universidade: por que e como reformar?”, realizado em Brasília, dias 06 e 07 de agosto de 2003, e publicado In: Morhy, Lauro (org). *Universidade em questão*, Brasília: editora UnB, 2003. <http://www.comciencia.br/reportagens/2004/09/01.shtml>

► **Questão 11**

De acordo com a argumentação do texto, marque a alternativa que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

- (A) O mundo contemporâneo apresenta desafios que não são capazes de dar conta da realidade mundial no que diz respeito à transformação da economia em conhecimento.
- (B) O conhecimento do mundo contemporâneo enfrenta o dilema de ter que ser rentável e ainda atender às satisfações da ciência.
- (C) A ciência tende a fazer com que as necessidades do mundo contemporâneo tomem como ponto de partida a questão do conhecimento e da economia.
- (D) A economia do presente, tentando vislumbrar sua possibilidade de êxito também no futuro, espera que o mundo contemporâneo saiba lidar com a transformação do conhecimento em riqueza e valor.
- (E) O valor do mundo contemporâneo diz respeito à reutilização do conhecimento como projeto econômico para a posteridade dos valores agregados das instâncias econômicas.

► **Questão 12**

Considerando o desenvolvimento das idéias do texto, assinale a alternativa **CORRETA** a respeito dos usos de sinais de pontuação.

- (A) A vírgula na linha 2 do texto introduz um elemento de valor circunstancial de referência e poderia ser substituída por um travessão.
- (B) A vírgula da linha 16 é marca característica de um aposto, fato que se explica pelo caráter explicativo do termo que ela introduz.
- (C) As duas ocorrências dos pontos-de-interrogação no primeiro e segundo parágrafos formalizam o que se chama de pergunta retórica.
- (D) As vírgulas nas linhas 18 e 19 (segunda) possuem por característica encerrar e iniciar uma oração que indica a idéia de finalidade, respectivamente.
- (E) As vírgulas em “em resumo” (l. 8) e em “isto é” (l. 24) apresentam o mesmo valor gramatical e não discursivo.



► **Questão 13**

Assinale a opção em que o termo da primeira coluna **NÃO** retoma, no texto, o termo da segunda.

(A)	este (l. 16)	desafio tecnológico (l. 15)
(B)	mercado (l. 24)	valor comercial (ls. 23-24)
(C)	Terra (l. 6)	mundo (l. 1)
(D)	agregar valor (l. 12)	jargões (l. 11)
(E)	planeta (l. 8)	Terra (l. 6)

► **Questão 14**

Assinale a opção que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas abaixo.

Foram as ciências sociais _____ im-
pulsionaram o ingresso das mulheres na área
de humanas, ainda na década de 30, com as pri-
meiras manifestações do movimento femi-
nista chegando ao Brasil, época _____
se iniciou o processo de entrada das mulheres
no mercado de trabalho. Tidas como ciências
desprestigiadas no mundo científico, princi-
palmente _____ exatas, as huma-
nas concentram o maior número de mulheres.
Suas disciplinas constituintes são caracteriza-
das _____ espaços para o exercício da
reflexão, disciplina e sensibilidade, atributos li-
gados ao universo feminino pela cultura ociden-
tal. _____, quando se trata dos
cargos de chefia, esses mesmos valores dificul-
tam a ascensão na carreira pois, aos postos de
comando, são atribuídas características mascu-
linizantes.

(...)

<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/03.shtml>

- (A) que – quando – no que tange às – por – Logo
(B) de que – em que – no que se refere a – em – Embora
(C) com que – quando – a respeito das – como – No entanto
(D) que – em que – em relação às – como – Contudo
(E) que – na qual – relacionado às – de – Pois

► **Questão 15**

Assinale a opção que corresponde a **ERRO** gramatical ou de natureza semântica.

(...)

O Conselho Nacional de Pesquisa de Desenvolvimento (CNPq), **principal (1)** órgão de fomento que

atende a todos os estados brasileiros, teve, em 2002, **cerca de (2)** um sexto do total de bolsas concedidas para pesquisas em ciências humanas. **Nestas (3)**, o número de mulheres bolsistas foi quase o dobro do que o de homens: cerca de 2990 mulheres receberam bolsas do órgão, contra 1550 homens **aproximados (4)**. Embora sejam maioria, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para **progredirem (5)** na carreira acadêmica.

(...)

<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/03.shtml> (com adaptações)

- (A) 1
(B) 2
(C) 3
(D) 4
(E) 5

As questões 16 e 18 tomam o seguinte texto como base:

Físicas enfrentam preconceito em área predominantemente masculina

“Uma vez um colega me acusou de ‘ganhar uma discussão científica’ por estar usando perfume. Eu obviamente respondi que ganhei a discussão porque minha teoria era correta e a dele era errada. E porque sou mais inteligente que ele!”, conta Márcia Barbosa, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente do grupo de trabalho sobre mulheres na física da União Internacional de Física Pura e Aplicada (IUPAP na sigla em inglês). Nessa passagem, Barbosa retrata seu ponto de vista sobre uma situação vivenciada por mulheres que, ao optarem pelo campo das ciências físicas, entraram em choque com um mundo dominado pelos homens.

A física é uma área que realmente apresenta um número de pesquisadoras e estudantes mulheres bem menor do que de homens. Em 2000, dos estudantes de graduação em física no Brasil, 20% eram mulheres; entre os docentes, a participação de físicas era de 16%; entre os docentes com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no nível 1A, o mais alto, as mulheres representavam apenas 1%. Esses dados exemplificam não só o quanto o mundo da física é masculino, mas também o fato de que, no Brasil, a presença feminina diminui à medida que o nível na carreira se torna mais alto, além de ser pequeno o número de mulheres em comissões ou cargos burocráticos.

<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/04.shtml>

► **Questão 16**

Acerca dos comportamentos lingüísticos e das tipologias do texto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O texto começa com um percurso narrativo-dissertativo em função do caráter do episódio trazido à luz dos acontecimentos.
- (B) O recurso utilizado pelo autor para compor o seu texto se faz valer da intertextualidade logo no começo, por misturar narração com argumentação.
- (C) Além de o primeiro período do segundo parágrafo ser de caráter subjetivo, ele está moldado em parâmetros descritivos.
- (D) Os dados numéricos estatísticos servem como suporte argumental para o que está sendo posto em cena diante da abordagem do assunto.
- (E) O autor do texto traça um paralelo entre a presença das mulheres no campo da Física e do mercado no que tange a comissões e cargos burocráticos.

► **Questão 17**

Analise as seguintes inferências:

I – Pelo exemplo-narrativo, depreende-se que as mulheres muitas vezes conseguem vencer os embates acadêmicos, mesmo em áreas eminentemente masculinizadas, como a Física.

II – O conflito existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho está na mesma proporção, no que diz respeito à paridade dos papéis sociais, no que se refere ao mundo acadêmico, sobretudo, na Física.

III – O segundo parágrafo apresenta, de um modo geral, aspectos argumentais que acabam ratificando a posição que a mulher ainda ocupa na cultura ocidental, haja vista a predominância de um papel coadjuvante em muitas áreas de saber e mesmo no mercado de trabalho.

A composição do texto **PERMITE**

- (A) todas as inferências.
- (B) apenas a I e a II.
- (C) apenas a III.
- (D) apenas a II e a III.
- (E) apenas a II.

► **Questão 18**

Assinale a substituição necessária para que o texto permaneça gramaticalmente **CORRETO**.

- (A) “Uma vez” (l. 1) = “Certa vez”.
- (B) “obviamente” (l. 3) = “de pronto”
- (C) “seu ponto de vista” (ls. 11-12) = “seu aspecto visual”
- (D) “bem menor” (l. 18) = “tão menor”
- (E) “Esses dados” (ls. 25-26) = “Esses momentos”

► **Questão 19**

Assinale a opção em que há **ERRO** de pontuação.

- (A) Refazer, a partir de indícios materiais, as condições em que se deu um crime cometido e do qual não há testemunhas, a não ser os objetos mudos de uma desarrumação, cuja lógica de relacionamento social e cultural seria necessária deduzir passo a passo, ponto a ponto até reordenar os fatos e as circunstâncias históricas e existenciais que cercaram o acontecimento, é bem o desafio que, em geral, caracteriza os mistérios dos romances policiais.
- (B) Quanto mais antigo o crime e o mistério que o cerca, mais difícil juntar os cacos de seu estilhaçamento no tempo e recompor-lhes o sentido de seu desvendamento.
- (C) Quem não se lembra, se o leu: do romance *O cão de terracota*, de Andréa Camilleri, no qual o comissário Salvo Montalbano ao descobrir um grande contrabando de armas escondido numa caverna perto da costa, na cidade ficcional de Vigàta, na Sicília, descobre também, em um salão escondido, os corpos entrelaçados de um casal de amantes mortos há 50 anos, durante a segunda guerra, guardados na gruta por um cão de terracota.
- (D) Montalbano mergulha, então, no desvendamento desse mistério e se dedica a investigar a memória dos habitantes da cidade buscando descobrir a identidade do casal e também a do assassino que os teria matado.
- (E) Tarefa árdua, cheia de exigentes disciplinas, imaginação e argúcia. E são 50 anos a medir as dificuldades que cercam o esclarecimento do caso.
(...)

VOGT, Carlos. “Arqueologias”. (com adaptações)
<http://www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm>

► **Questão 20**

Assinale a opção que corresponde a **ERRO** gramatical ou redundância discursiva.

- A questão da temporalidade da ocupação humana no Brasil é **um dos (1)** problemas mais antigos da arqueologia brasileira. Desde os trabalhos pioneiros de Peter W. Lund, há mais de 150 anos **atrás (2)**, questões 05 como a cronologia das primeiras ocupações humanas, a contemporaneidade dessas ocupações com uma **mega-fauna (3)** hoje extinta, e as origens biológicas das primeiras populações têm sido investigadas e debatidas nos meios acadêmicos. **Ainda hoje (4)**, não há um 10 consenso quanto a estas questões. Asserções quanto a uma ocupação datada de pelo menos 35.000 anos foram feitas para o sítio arqueológico Pedra Furada localizado na região de caatinga do nordeste brasi-

leiro, no estado do Piauí. **Controvérsias (5)** quanto à natureza humana de possíveis artefatos líticos, quanto à natureza das amostras de carvão datadas e a associação destas amostras com o material lítico, e quanto a problemas estratigráficos e tafonômicos (i.e., formação do sítio arqueológico) são questões ainda não resolvidas. Existe na realidade um problema intrínseco com o material arqueológico e o contexto em que este foi encontrado em Pedra Furada, de tal maneira que mesmo que fossem encontradas, no futuro, evidências indiscutíveis de uma ocupação humana na América há mais de 35.000 anos, ainda assim elas não iriam validar os achados de Pedra Furada.

(....)

KIPNIS, Renato. "A colonização da América do Sul" (com adaptações). Renato Kipnis é pós-doutorando/Fapesp, no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo.

<http://www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm>

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Direito Constitucional (questões de 21 a 40)

Felipe Vieira e Sylvio Motta

► Questão 21

Considerando os efeitos da Constituição de 1988 sobre a ordem jurídica brasileira assinale a única opção compatível com as regras de direito constitucional intertemporal vigentes no direito pátrio.

- (A) O tratamento oferecido pelo legislador ordinário ao instituto da argüição de descumprimento de preceito fundamental, possibilitando ao Supremo Tribunal Federal a resolução de controvérsia constitucional sobre leis ou atos normativos anteriores à Constituição de 1988 mediante decisão dotada de eficácia contra todos e efeito vinculante, implicou a adoção no direito constitucional brasileiro da chamada teoria da inconstitucionalidade superveniente, até então não aceita pelo Tribunal.
- (B) A legislação federal anterior à Constituição de 1988 e regularmente aprovada com base na competência da União definida no texto constitucional pretérito é considerada recebida como estadual ou municipal se a matéria por ela disciplinada passou segundo a nova Constituição para o âmbito de competência dos Estados ou dos Municípios, conforme o caso, não se po-

dendo falar em revogação daquela legislação em virtude dessa mudança de competência promovida pelo novo texto constitucional.

- (C) Em virtude do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal de que os Estados-membros podem com base na Constituição atual adotar medidas provisórias com força de lei, ficaram convalidados os decretos-leis estaduais aprovados na vigência da Constituição anterior, que vedava a adoção dessa modalidade legislativa por parte de tais entes federativos.
- (D) A declaração em argüição de descumprimento de preceito fundamental de que uma determinada lei não foi recepcionada pelo texto constitucional torna aplicável a legislação anterior por ela revogada, acaso existente.
- (E) A lei posterior à Constituição de 1988, mas anterior à reforma desta Carta validamente promovida por emenda constitucional com a qual referida lei é materialmente incompatível, é considerada revogada para todos os efeitos apenas a partir do instante em que o Supremo Tribunal Federal reconhece tal situação em decisão definitiva proferida em recurso extraordinário ou em argüição de descumprimento de preceito fundamental, e não a partir da entrada em vigor daquela emenda.

► Questão 22

Assinale a única opção que esteja em consonância com os direitos e deveres individuais e coletivos assegurados pela Constituição.

- (A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, observados os limites estabelecidos pela censura e obtenção de licença nos termos da lei.
- (C) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a pagamento pela utilização devidamente autorizada e o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- (D) A recusa de oficial do registro civil de registrar também no nome do companheiro filho de pessoa que não seja casada, quando a mulher comparecer sozinha para fazer o registro da criança, não viola a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações nos termos da Constituição.
- (E) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens vai até o limite do valor do patrimônio dos sucessores.

► **Questão 23**

Assinale a única opção que contempla normas reguladoras do Poder Legislativo previstas na Constituição.

- (A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo de cada Município e do Distrito Federal eleitos pelo sistema proporcional.
- (B) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, fixar idêntico subsídio para Deputados Federais e Senadores, assim como para o Presidente, o Vice-Presidente da República e Ministros de Estado.
- (C) As deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo acordo de líderes partidários.
- (D) O Senado compõe-se de três representantes de cada Estado e do Distrito Federal eleitos segundo o princípio majoritário para mandato de oito anos.
- (E) Desde a expedição do diploma, os Deputados e os Senadores não poderão ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

► **Questão 24**

Assinale a opção **CORRETA** no contexto do conceito e da classificação das constituições.

- (A) As constituições outorgadas não são precedidas de atos de manifestação livre da representatividade popular e assim podem ser consideradas as Constituições brasileiras de 1824, 1937, 1967 e a de 1969.
- (B) A distinção entre constituição em sentido material e constituição em sentido formal perdeu relevância considerando-se as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004, denominada de “Reforma do Poder Judiciário”.
- (C) Considera-se constituição não-escrita a que se sustenta, sobretudo, em costumes, jurisprudências, convenções e em textos esparsos, formalmente constitucionais.
- (D) Carl Schmitt, principal protagonista da corrente doutrinária conhecida como decisionista, advertia que não há Estado sem Constituição,

isso porque toda sociedade politicamente organizada contém uma estrutura mínima, por rudimentar que seja; por isso, o legado da Modernidade não é a Constituição real e efetiva, mas as Constituições escritas.

- (E) Para Ferdinand Lassalle, a Constituição é dimensionada como decisão global e fundamental proveniente da unidade política, a qual, por isso mesmo, pode constantemente interferir no texto formal, pelo que se torna inconcebível, nesta perspectiva materializante, a idéia de rigidez de todas as regras.

► **Questão 25**

Assinale a opção **CORRETA**.

- (A) É viável reforma constitucional que aperfeiçoe o processo legislativo de emenda constitucional, tornando-o formalmente mais rigoroso.
- (B) A Constituição Federal conferiu, de forma explícita, o poder de editar medidas provisórias unicamente ao Presidente da República; assim, e por se tratar de instrumento de exceção ao princípio da Separação de Poderes, a comportar interpretação restritiva, tal espécie normativa não pode ser adotada por Estados e Municípios.
- (C) Adotada medida provisória pelo Presidente da República, o Congresso Nacional deverá sobre ela deliberar durante a convocação extraordinária, caso tenha constado como objeto da convocação, ou, caso contrário, o prazo de 60 dias será considerado interrompido desde a sua edição.
- (D) Desde que observados os requisitos da relevância e da urgência, medida provisória poderá dispor sobre a composição dos organismos regionais, que equivalem a formas especiais de organização administrativa do território, de iniciativa da União, com a finalidade de promover, no âmbito do complexo geoeconômico e social, o seu desenvolvimento, com redução das desigualdades regionais, mas tal espécie normativa não poderá dispor sobre os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social.
- (E) É válida a revogação por lei ordinária de dispositivo formalmente inserido em lei complementar, cuja matéria disciplinada não estava constitucionalmente reservada a esta última.

► **Questão 26**

No que tange à competência constitucional dos entes da Federação, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (B) é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (C) compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente com a União, sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, urbanístico, limitando-se à competência da União, nesses casos, estabelecer normas gerais.
- (D) a lei federal é hierarquicamente superior à lei estadual, somente não prevalecendo se houver norma constitucional estadual no mesmo sentido. Igualmente, a lei estadual é hierarquicamente superior à lei municipal, e só não prevalece se houver norma na Lei Orgânica municipal no mesmo sentido.
- (E) mediante lei complementar, pode a União Federal autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa.

► **Questão 27**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) As normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- (B) As normas constitucionais podem ter eficácia plena, contida e limitada.
- (C) As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que desde a entrada em vigor da Constituição produzem, ou podem produzir, todos os efeitos essenciais, relativos aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constitucional, direta e normativamente, quis regular.
- (D) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicação indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre os interesses após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.
- (E) As normas constitucionais programáticas são de aplicação diferida e não de aplicação ou execução imediata.

► **Questão 28**

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O controle concentrado de constitucionalidade, no Brasil, é feito privativamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) A cláusula de reserva de plenário, prevista na Constituição Federal, é condição de eficácia jurídica, como regra, da declaração jurisdicional de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público, e deve ser observada por todos os Tribunais no controle difuso.
- (C) No Brasil, o controle de constitucionalidade preventivo de projeto de lei é feito exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo, por intermédio do veto jurídico.
- (D) No sistema brasileiro, o controle repressivo de constitucionalidade é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário.
- (E) A resolução do Senado Federal que suspende a execução da lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal terá efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.

► **Questão 29**

Assinale a assertiva **CORRETA**.

- (A) O princípio da presunção de inocência consagrado na Constituição não permite que se proceda ao lançamento do nome do réu no rol dos culpados após a sentença de pronúncia no processo penal.
- (B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a escuta telefônica poderá ser efetivada para fins de investigação criminal, desde que devidamente autorizada pelo juiz.
- (C) O princípio da presunção de inocência não é compatível com a prisão cautelar.
- (D) Nos termos da Constituição Federal, os direitos previstos em qualquer tratado internacional têm hierarquia constitucional.
- (E) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o legislador ordinário pode, tendo em vista o princípio constitucional da individualização da pena, estabelecer que determinados crimes serão submetidos exclusivamente a regime prisional fechado.



► **Questão 30**

Analise as assertivas a seguir, relativas aos princípios fundamentais da Constituição Brasileira, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção **CORRETA**.

- () Um dos elementos essenciais do princípio republicano é a obrigatoriedade de prestação de contas, pela administração pública, sob as penas da lei, no caso de descumprimento desta obrigação.
- () É elemento essencial do princípio federativo a concentração da soberania estatal na União, a quem compete a representação do Estado Federal no plano internacional.
- () A repartição de competências é o ponto nuclear da noção de Estado Federal, tendo a CF/88 adotado como princípio geral de repartição de competência a predominância do interesse.
- () São elementos essenciais do Estado de Direito: a submissão do Estado, seus agentes e dos particulares ao império da lei, de cuja elaboração o povo participa direta ou indiretamente; a separação dos Poderes e a enunciação dos direitos fundamentais.
- () Segundo o entendimento majoritário do STF, os territórios federais continuam mantendo a característica de entes federativos sob a égide da Constituição atual, sendo indispensável a existência das autarquias para manutenção da forma federativa de estado.

- (A) V, V, V, V, F
- (B) V, F, V, V, F
- (C) V, F, V, F, F
- (D) F, V, V, F, V
- (E) V, F, F, V, F

► **Questão 31**

Considere as alternativas abaixo à luz dos princípios fundamentais insculpidos na Carta da República em seu Título I, bem como das noções doutrinárias de direito fundamental e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Podemos sustentar que a prevalência dos direitos humanos, além de princípio internacional, representa importante preceito de ordem interna.
- (B) A concessão de asilo político implica, para o estrangeiro, o reconhecimento da nacionalidade brasileira por naturalização.
- (C) A soberania, fundamento da República Federativa do Brasil, diz respeito à forma de Estado e não à forma de governo.
- (D) Dentre os objetivos internacionais perseguidos pelo Estado brasileiro está a concessão de asilo político.

- (E) A adoção do princípio da separação dos Poderes define a forma de governo monárquica ou republicana, conforme se dê ênfase às funções executiva ou legislativa, respectivamente.

► **Questão 32**

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Na declaração constitucional de que a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada encontra-se o fundamento do princípio da irretroatividade relativa.
- (B) Tanto a declaração de que não haverá juízo ou tribunal de exceção como aquela que diz que ninguém será julgado senão pela autoridade competente implicam no reconhecimento do princípio do juiz natural.
- (C) Segundo disposição constitucional expressa, a defesa do consumidor está sujeita ao princípio da reserva legal.
- (D) Somente se prevista expressamente na Constituição uma regra pode subtrair-se à apreciação do Poder Judiciário.
- (E) Na declaração de que não há crime sem lei anterior que o defina encontra-se insculpido o princípio da taxatividade.

► **Questão 33**

Relativamente aos direitos sociais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) De regra, as disposições constitucionais de direitos sociais diferem das de direitos individuais porque nestas as prestações relativas ao Estado são de natureza negativa, ao passo que naquelas as prestações são de natureza positiva.
- (B) Segundo disposição constitucional expressa, a retenção do salário constitui crime.
- (C) O gozo de férias anuais deve ser remunerado com um terço a mais do que o salário normal.
- (D) Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante sindical.
- (E) É livre a associação profissional ou sindical, sendo vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria econômica ou profissional, na mesma base territorial, que será definida em lei ordinária federal, não podendo ser inferior à área de um município.

► **Questão 34**

No que se refere ao regime jurídico constitucional acerca da nacionalidade e das questões jurídicas a ela correspondentes, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A aquisição da nacionalidade brasileira originária pode dar-se pelo critério *solis* ou *sanguinis*, conforme se dê relevo ao fato do local de nascimento ou da ascendência, respectivamente.
- (B) O brasileiro nato pode ser extraditado, desde que passivamente.
- (C) O modo de aquisição da nacionalidade brasileira pela via derivada (naturalização) constitui direito adquirido para o estrangeiro residente na RFB há mais de 15 anos, sem condenação penal e desde que requeira.
- (D) O elenco de cargos privativos de brasileiro nato previsto no corpo do parágrafo 3º do artigo 12 é exaustivo, não havendo nenhuma outra hipótese constitucional a respeito.
- (E) Somente os portugueses detêm a prerrogativa de encaminhar pedido de naturalização como brasileiro (aquisição derivada) com a demonstração da residência ininterrupta no Brasil por mais de um ano e da sua idoneidade moral.

► **Questão 35**

Relativamente aos direitos políticos e partidos políticos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É equivocado dizer-se, de uma forma generalizante, que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 (dezoito) anos.
- (B) Considerando o regime constitucional vigente, apenas o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular podem ser considerados instrumentos de manifestação direta da vontade popular.
- (C) A nacionalidade brasileira é uma condição de elegibilidade de caráter relativo.
- (D) Segundo previsão constitucional expressa, além das hipóteses previstas na Carta Magna, lei complementar estabelecerá casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação.
- (E) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

► **Questão 36**

Sobre o tema organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A autonomia constitucional reconhecida aos entes políticos federativos do Estado brasileiro refere-se à auto-organização, auto-administração e à autolegislação, além da autojurisdição.

- (B) Estabelece a CF/88 regra no sentido de que é assegurada, nos termos da lei complementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- (C) A competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos é exclusiva da União.
- (D) Legislar sobre direito financeiro é competência privativa da União.
- (E) Cabe aos Estado explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

► **Questão 37**

No que se refere às disposições constitucionais gerais sobre a Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente são considerados princípios constitucionais de administração pública aqueles insculpidos explicitamente no corpo da CF/88.
- (B) A publicidade é princípio geral da Administração Pública, compatível com a natureza da forma de governo adotada no Brasil (republicana). Seu alcance, porém, esgota-se com a mera publicação no diário oficial do fato, ato ou contrato administrativo.
- (C) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuação de forma integrada, inclusive, com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou consórcio.
- (E) Segundo disposição constitucional expressa, a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, inclusive o setor policial, na forma da lei.



► **Questão 38**

No que se refere às disposições constitucionais gerais sobre os servidores públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A instituição de conselho de política de administração e remuneração de pessoal é determinação constitucional direcionada às administrações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Tendo em conta o princípio da separação dos Poderes e considerando o fato de que são dotados de uma estrutura administrativa autônoma, bem como de orçamento próprio, cada um dos Poderes da República deverá contar com o seu próprio conselho de política e administração de pessoal.
- (B) Dentre outros critérios, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e de complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- (C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como suas respectivas entidades de administração indireta, publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (D) Aos servidores públicos é deferido o direito social de participação nos lucros ou resultados, desvinculados da remuneração normal.
- (E) A determinação constitucional da existência de escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos vincula obrigatoriamente a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

► **Questão 39**

Quanto à organização dos Poderes da República, determina a Constituição Federal:

- (A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo princípio majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (B) Dentre as atribuições do Poder Legislativo, algumas são classificadas como exclusivas do Congresso e outras como privativas da Câmara e do Senado. A diferença é que aquelas são de natureza administrativa e estas são de natureza legislativa, tal como ocorre com as competências exclusiva e privativa da União.
- (C) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Neste caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e

quatro horas ao Congresso Nacional, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva-se sobre a prisão.

- (D) Recebida a denúncia contra o senador ou deputado por crime ocorrido após a diplomação, o STF dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até decisão final, sustar o andamento da ação, constituindo-se esse procedimento em condição de prosseguibilidade da ação penal.
- (E) A sustação do processo não suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

► **Questão 40**

No que se refere à disciplina constitucional acerca da segurança pública, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A concepção de segurança pública adotada pelo constituinte de 1988 é de sentido estrito, ou seja, refere-se à prevenção e ao combate à criminalidade.
- (B) As atribuições da polícia civil são de natureza residual.
- (C) Atribuições policiais judiciárias habitualmente da competência da polícia civil podem ser da alçada da Polícia Federal conforme a repercussão do fato envolva mais de um estado, seja internacional e exija repressão uniforme.
- (D) Os municípios podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens e instalações, conforme dispuser a lei.
- (E) A Guarda Nacional não possui previsão constitucional para a sua instituição e funcionamento. Sendo assim, sua criação e operação podem ser questionadas perante o STF no tocante a sua constitucionalidade.

Direito Administrativo (questões de 41 a 60)

Janaina Carvalho e Luís Gustavo

► **Questão 41**

Em relação à organização e estrutura da Administração Pública, na forma fixada pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional correspondente, julgue os itens abaixo:

- I – A fundação pode ser de direito privado instituída por particulares, de direito privado instituída pelo Poder Público e de direito público instituída pelo Poder Público.

II – A administração direta é integrada por pessoas jurídicas de direito público, tais como a União, os ministérios e secretarias.

III – Uma empresa cujo capital seja de titularidade de três acionistas, União Federal – que possui a maioria do capital votante –, uma autarquia estadual e uma empresa pública municipal, integra a administração indireta, sendo considerada empresa pública federal.

É **CORRETO** o que consta apenas em

- (A) I
- (B) I e III
- (C) I e II
- (D) II, III
- (E) I, II e III

► **Questão 42**

Sobre a estrutura da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) pode haver administração descentralizada desconcentrada.
- (B) pode haver administração centralizada desconcentrada.
- (C) pode haver órgãos na estrutura da Administração direta e indireta.
- (D) as pessoas políticas diferem das pessoas administrativas por possuírem competência legislativa.
- (E) os órgãos públicos, por não possuírem personalidade jurídica própria, jamais poderão assinar qualquer espécie de contrato.

► **Questão 43**

Analisar os itens abaixo, de acordo com o disposto na Lei nº 8.112/90:

- I – O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a 8 anos dentro de cada período de 12 anos.
- II – O servidor ficará obrigado a restituir, no prazo de 30 dias, a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede.
- III – Vilma, servidora pública federal, está sendo alvo de denúncia sobre irregularidade praticada em razão do cargo. Entretanto, observou-se que o fato narrado não configura evidente infração disciplinar. Nesse caso, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Está **INCORRETO** o que consta apenas em

- (A) I

- (B) I e III
- (C) II
- (D) II e III
- (E) III

► **Questão 44**

Analisar as assertivas a seguir, relativas às disposições da Lei nº 8.112/90, e marque com V as verdadeiras e com F as falsas; em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- () O servidor investido em mandato eletivo somente se manterá no cargo se exercer mandato de vereador e houver compatibilidade de horário, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- () Constituem algumas das indenizações devidas ao servidor as diárias, transporte e auxílio-moradia.
- () O servidor poderá se opor ao cumprimento de ordens superiores manifestamente ilegais, embora deva observar a hierarquia administrativa.

- (A) V, F, V
- (B) V, V, V
- (C) F, V, V
- (D) F, V, F
- (E) V, V, F

► **Questão 45**

Em alguns casos de demissão e de destituição de cargo em comissão, a Lei nº 8.112/90 determina que o servidor está sujeito a outras imposições legais além dessas punições, como, por exemplo, a incompatibilidade para o serviço público federal por 5 anos. Assinale a opção que indica uma situação em que o servidor está sujeito, também, a essa imposição legal.

- (A) aplicação irregular de dinheiros públicos.
- (B) improbidade administrativa.
- (C) atuação como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- (D) crime contra a Administração Pública.
- (E) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional.



► **Questão 46**

No que tange às normas do serviço público e dos servidores públicos, analise os itens:

- I – A estabilidade assegura ao servidor efetivo o direito de permanência no cargo provido.
- II – O servidor público titular de cargo efetivo de um município que adotar Regime Próprio de Previdência e que, em virtude de compatibilidade de horários, acumular dois cargos de professor poderá, ao se aposentar, perceber mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio.
- III – A Constituição Federal prevê o direito de greve dos servidores públicos por intermédio de norma de eficácia limitada, sujeito à regulamentação por lei ordinária.

É **CORRETO** o que consta apenas em

- (A) III
- (B) II
- (C) II e III
- (D) I e III
- (E) I e II

► **Questão 47**

A má execução de um contrato de concessão de serviços públicos por uma das partes do contrato poderá dar ensejo à seguinte forma de extinção contratual:

- (A) reversão.
- (B) caducidade.
- (C) encampação.
- (D) rescisão.
- (E) retomada.

► **Questão 48**

Segundo as normas constitucionais e legais aplicáveis aos servidores públicos, são formas de provimento relativas somente aos servidores estáveis:

- (A) promoção e reintegração.
- (B) recondução e reintegração.
- (C) nomeação e promoção.
- (D) aproveitamento e nomeação.
- (E) readaptação e aproveitamento.

► **Questão 49**

O ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público é intitulado de:

- (A) concessão de uso.
- (B) permissão de uso.
- (C) autorização de uso.
- (D) convênio de uso.
- (E) contrato de uso.

► **Questão 50**

A atuação da Administração deve pautar-se pela legalidade expressa, em que o administrador ou seus agentes só podem exercer atos em conformidade estrita com a lei. Se houver atuação fora das margens da lei, haverá atividade:

- (A) discricionária.
- (B) vinculada.
- (C) subordinada.
- (D) arbitrária.
- (E) regrada.

► **Questão 51**

Sobre os bens públicos, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – Segundo o Código Civil, os bens integrantes do patrimônio das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público não são considerados bens públicos.
- II – Os bens públicos não são suscetíveis à prescrição aquisitiva devido ao atributo da impenhorabilidade.
- III – Os bens de uso comum do povo caracterizam-se por serem de utilização gratuita ou remunerada.

- (A) somente I é correto
- (B) somente II é correto
- (C) somente III é correto
- (D) há dois itens corretos
- (E) todos estão corretos

► **Questão 52**

No que diz respeito à Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considere:

- I – No processo administrativo, predomina a atipicidade de ilícitos e infrações, que geralmente são previstos por conceitos jurídicos indeterminados, como no caso da expressão “falta grave”.
- II – Não está impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que seja considerado sem interesse na matéria objeto do processo.

III – O prazo para interposição de recurso administrativo é, em regra, de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da ciência ou divulgação da decisão recorrida e, não havendo disposição legal em contrário, o recurso deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

É **CORRETO** o que consta apenas em

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III
- (D) II
- (E) I

► **Questão 53**

Em julgamento realizado em 07/05/2008, nos autos do RE 434.059/DF, o STF editou a 5ª súmula vinculante, assim redigida:

- (A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (B) Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.
- (C) O limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- (D) Salvo os casos previstos na Constituição Federal, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
- (E) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

► **Questão 54**

No seu art. 3º, a Lei nº 8.666/93 cita os princípios básicos que regem as licitações. Assinale a opção que corresponde **CORRETAMENTE** a alguns desses princípios.

- (A) Isonomia, impessoalidade, improbidade administrativa, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório.
- (B) Legalidade, impessoalidade, igualdade, eficiência, e julgamento objetivo.
- (C) Moralidade, legalidade, eficiência, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.
- (D) Impessoalidade, igualdade, probidade administrativa, publicidade e julgamento objetivo.

(E) Isonomia, publicidade, competitividade, julgamento objetivo e todos aqueles que lhes são correlatos.

► **Questão 55**

Sobre licitações e contratos administrativos, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades indicados na lei de licitação têm direito público objetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido por esta lei.
- (B) Quando se tratar de bens imóveis, a licitação é dispensável, além de outros, nos casos de doação em pagamento, doação (permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo), investidura e venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
- (C) Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de dez dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de inabilitação, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para cinco dias úteis.
- (D) A Administração Pública poderá modificar qualquer das cláusulas dos contratos sempre que julgar necessário à defesa do interesse público, cabendo ao particular arcar com os prejuízos cabíveis, uma vez que deve ser respeitado o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.
- (E) São algumas das cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam o objeto e seus elementos característicos, o regime de execução ou a forma de fornecimento e a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.

► **Questão 56**

O tipo de licitação utilizado nas licitações que envolvam a concessão do direito real de uso é:

- (A) concorrência.
- (B) tomada de preços.
- (C) leilão.
- (D) menor preço.
- (E) maior lance ou oferta.



► **Questão 57**

Sobre a Lei nº 8.666/93, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – Nas licitações que envolvam obras e serviços de engenharia no valor de R\$ 1.000.000,00, a Administração deverá utilizar-se da tomada de preços.
- II – Tanto na concessão quanto na subconcessão de serviços públicos, a Administração deverá licitar utilizando-se da concorrência como tipo de licitação.
- III – O não-pagamento pela Administração Pública por prazo maior que 90 dias poderá dar ensejo à rescisão unilateral do contrato administrativo.

- (A) somente I é incorreto
- (B) somente II é incorreto
- (C) somente III é incorreto
- (D) há dois itens incorretos
- (E) todos estão incorretos

► **Questão 58**

A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade ou de proibição de contratar com a Administração Pública, prevista na Lei nº 8.666/93, é de competência exclusiva do(a):

- (A) Ministro de Estado ou Secretário Estadual ou Municipal.
- (B) Comissão de Licitação.
- (C) Tribunal de Contas.
- (D) Poder Judiciário.
- (E) presidente do órgão ou entidade.

► **Questão 59**

Sobre a responsabilidade civil do Estado, podemos afirmar:

- I – O Departamento da Polícia Federal responde objetivamente pelo dano causado por seus servidores a terceiros.
- II – Pessoas jurídicas de direito privado não integrantes da estrutura da Administração Pública poderão responder objetivamente, tal como o Estado, via de regra.
- III – A doutrina majoritária aponta a responsabilidade estatal por omissão como subjetiva.

- (A) somente I é correto
- (B) somente II é correto
- (C) somente III é correto
- (D) há dois itens corretos
- (E) todos estão corretos

► **Questão 60**

No âmbito do controle da Administração Pública, possuem competência para julgar, aprovar e efetivar a tomada de contas do presidente da República, respectivamente:

- (A) TCU, Congresso Nacional e Câmara dos Deputados.
- (B) TCU, Câmara dos Deputados e Congresso Nacional.
- (C) Congresso Nacional, TCU e Câmara dos Deputados.
- (D) Câmara dos Deputados, Congresso Nacional e TCU.
- (E) Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e TCU.

Banca examinadora do simulado



Antônio Carlos Alves

Bacharel e licenciado em Português-Literaturas, especialista em Língua Portuguesa (com o curso “Estudo de Texto: leitura, produção textual e ensino de português”), mestre em Poética e doutorando em Teoria Literária, todos pela UFRJ. Na área do magistério, leciona em diversos cursos preparatórios para concursos. Autor de *Português NCE/UFRJ* (Editora Ferreira).



Décio Sena

Cursou Português-Literaturas na Uerj e é professor de Língua Portuguesa há 30 anos. No início, dedicava-se à preparação de jovens para ingresso nas carreiras militares. Nos últimos anos, tem preparado candidatos para concursos públicos dos mais diferentes perfis. Já lecionou em alguns dos principais colégios e cursos preparatórios do Brasil. Atualmente, ministra aulas em vários cursos do Rio de Janeiro. É autor da Série *As Últimas do Português* e dos livros de *Português das Coleções Provas Comentadas da Esaf, da FCC e do Cespe/UnB*, todos pela Editora Ferreira.



Felipe Vieira

Formado em Direito e Jornalismo, com pós-graduação não concluída em Direito Penal e Criminologia. É professor inscrito no quadro da ESAF-RJ, tendo ministrado o curso “Execução de Procedimentos Administrativos Disciplinares”, voltado para servidores da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. É também professor da ESAD, tendo ministrado cursos de treinamento para o IRS e para o CNEN. Atua em diversos cursos preparatórios no Rio de Janeiro. Já foi aprovado nos seguintes concursos: escrevente e papiloscopista da Polícia Civil do RJ (1992), delegado da Polícia Federal e técnico legislativo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (ambos em 1998), delegado de polícia no Rio de Janeiro (2000). Atualmente é diretor do Concursos Via-Vídeo (www.concursosviavideo.com.br). Autor do livro *Comentários à Constituição* (Editora Ferreira).



Janaina Carvalho

Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas. Foi aprovada em 2007 nos concursos do TRF da 1ª Região e do MPU para a área de Comunicação. Co-autora do livro *Lei nº 8.112/90 esquematizada* (Editora Ferreira).



Luís Gustavo Bezerra de Menezes

Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Consultivo da Anpac (Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos Públicos). Aprovado em diversos concursos públicos, dentre os quais se destacam técnico judiciário da Justiça Federal do Rio de Janeiro e fiscal de tributos do Espírito Santo, atualmente ministra aulas em vários cursos preparatórios do Rio de Janeiro e São Paulo. É autor do livro *Direito Administrativo – Provas Comentadas da FCC*, pela Editora Ferreira.



Sylvio Clemente da Motta Filho

Bacharel em Direito pela Uerj, professor de Direito Constitucional há mais de vinte anos, editor da Campus/Elsevier no posicionamento Concursos Públicos e autor de diversas obras, dentre as quais se destacam: *Direito Constitucional – Série Provas e Concursos* e *Curso de Direito Constitucional* (em co-autoria com Gustavo Barchet), pela Editora Campus/Elsevier.